



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA ITU

FORO DE ITU

3ª VARA CÍVEL DE ITU

Rua Luiz Bolognesi, s/n, Itu/SP – CEP 13.301.390

Fone: 11 2550-5360 | e-mail: upi1a3cvitu@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

EDITAL DE LEILÃO ELETRÔNICO PARA CONHECIMENTO DE INTERESSADOS E INTIMAÇÃO DO(S) EXECUTADO(S)

O Dr. Fernando França Viana, M.M. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro da Comarca de Itu, Estado de São Paulo.

FAZ SABER A TODOS QUANTO ESSE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM e INTERESSADOS POSSA, com fulcro nos arts. 879 ao 903, do Novo CPC (Lei nº 13105/15), regulamentado pela Resolução CNJ 236/2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviços da Corregedoria Geral do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que o leiloeiro nomeado, FÁBIO PRANDO FAGUNDES GÓES, matriculado na Jucesp sob n.º 1.099, com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1826, Sala 208 – Pinheiros, São Paulo/SP – CEP 01.451-001, através da plataforma eletrônica www.apiceleiloes.com.br, devidamente homologada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, levará a público para venda e arrematação, o bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:

PROCESSO nº 0015726-25.2006.8.26.0286 – CLASSE: Execução de Título Extrajudicial.

EXEQUENTE: CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL – PREVI (CNPJ/MF nº 33.754.482/0001-24). **EXECUTADOS:** WAGNER NAPOLEÃO SASSO (CPF/MF nº 718.406.998-68), MARIA CRISTINA MARCHIORI SASSO (CPF/MF nº 718.343.118-53).

INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITU. CAIXA ECONOMICA FEDERAL.

ADVOGADOS: Luis Fernando Feola Lencioni (OAB 113.806/SP), Maria Cristina Marchiori Sasso (OAB 134.953/SP), Celso Luiz de Oliveira Rizzo (OAB 146.362/SP), Rafael Buzzo de Matos (OAB 220.958/SP), Roberto Eiras Messina (OAB 84.267/SP), Adriano Piovezan Fonte (OAB 306.683/SP), Jose Carlos de Almeida (OAB 12.409/DF), Edson Luiz Ramires (OAB 340.708/SP).

DÉBITOS DA AÇÃO: Os débitos totalizam **R\$ 1.663.034,54** (um milhão, seiscentos e sessenta e três mil, trinta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) em 31/01/2026, de acordo

com a planilha de cálculo juntada no EVENTO 661. A atualização dos débitos vencidos e vincendos, até a sua integral satisfação, fica a encargo do exequente disponibilizar nos autos.

LEILÃO - DATAS: O 1º leilão terá início em **18/09/2026** a partir das 16h00 com encerramento às 16h00 em **21/09/2026** com lances a partir do valor de avaliação atualizada. Caso não haja lance no 1º Leilão, seguirá sem interrupção o 2º leilão que se encerrará em **12/10/2026** a partir das 16h00, com lances a partir de **70% (setenta por cento)** da avaliação atualizada.

No caso de não ser realizado o Leilão nas datas acima designadas por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.

DO BEM: “01 (UM) IMÓVEL RESIDENCIAL, QUE POSSUI UMA ÁREA CONSTRUÍDA DE 246,81m², IMPLANTADA NO TERRENO DE 427,00m², CONFORME DESCRITO NO REGISTRO DA MATRÍCULA Nº 29.893 DO CRI DE ITU/SP”, a seguir descrita: *‘TERRENO URBANO, sem benfeitorias, constituído pela Gleba “E, da Chácara nº 501, da Rua Sorocaba, nesta cidade, o qual assim se descreve: ‘Inicia-se o seu perímetro no ponto V9, situado na confrontação com a Gleba “D” e a rua Cruz das Almas e, daí segue por 10,00m em linha reta margeando esta mesma rua até encontrar o ponto V8, daí deflete a divisa à direita e segue em linha reta por 42,70m confrontando com a Gleba “F”, até encontrar o ponto V5. Daí deflete à direita e segue em linha reta por 10,00m, em confrontação com a Gleba “H”, até encontrar o ponto V4, daí, finalmente deflete à divisa a direita e segue em linha reta, confrontando com a Gleba “D”, por 42,70m, até encontrar o ponto de partida V9, fechando-se assim o perímetro compreendido por 105,40m, englobando uma área de 427,00m².’ Inscrição Cadastral nº 07.0047.00.0007.000242. Matrícula nº 29.893 do CRI de Itu/SP. LOCALIZAÇÃO:* Rua Cruz das Almas, 242, Bairro Cruz das Alma, Itu/SP. **VALOR DE AVALIAÇÃO:** R\$1.060.000,00 (um milhão e sessenta mil reais), em dezembro de 2024 (fls. 1589-1635). **VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADA:** R\$ 1.149.479,94 (um milhão, cento e quarenta e nove mil, quatrocentos e setenta e nove reais e noventa e quatro centavos), em agosto de 2026. **DEPOSITÁRIO (A):** O atual possuidor do bem.

LAUDO DE AVALIAÇÃO:

- Consta no Laudo de Avaliação que o imóvel avaliando situa-se na Vila Roma, Itu/SP, esta localizado numa região predominantemente mista, ou seja, de uso destinado a moradia e comércio em gerais.

- Apresenta os melhoramentos públicos essenciais, tais como: rede de água, energia, esgoto, telefonia, internet, iluminação pública, pavimentação, arborização e transporte público. Foram apresentadas as características do imóvel, terreno e construção às fls. 1010/1044.
- Benfeitoria do imóvel (Laudo de Avaliação): Sobre o terreno, encontra-se implantado imóvel situado próximo da esquina, nível da via pública que faz frente para a rua, edificado em estrutura de concreto armado em alvenaria e com laje. O imóvel possui (01) uma sala/estar, (01) cozinha//copa, (02) dois quartos, (01) uma suíte e (01) um banheiro e (01) uma edícula nos fundos, fl. 1010/1044.

ÔNUS: Consta no Registro n.º 01 – (04 de abril de 1.988) - Conforme os autos n.º 228/63 da 2ª VC desta Comarca, verifica-se que, o imóvel foi atribuído, em virtude DIVISÃO JUDICIAL, ao condomínio: Espólio de ANTONIETA DOS SANTOS BONINI; **Consta no Registro. 03** (25 de outubro de 1.988) - Conforme os autos n.º 2.000/77, de inventário dos bens deixados por falecimento de ANTONIETA DOS SANTOS BONINI, verifica-se que, o imóvel objeto desta matrícula, foi ADJUDICADO a GERALDO BOFF, (RG n.º 8.089.672 - CPF 132.779.108/06), empreiteiro, casado pelo regime da comunhão de bens, antes da Lei n.º 6.515/77, com DIRCE SAVIOLI BOFF; **Consta na Averbação 04** - (29 de abril de 1.991) - No terreno objeto desta matrícula, foi construído no ano de 1.991, um prédio residencial que recebeu o n.º 242 da rua Cruz das Almas, contendo 230,81m2 de área construída, lança do pelo valor venal de Cr\$-10.822.492,00 e atualmente cadastrado sob n.º 07.0047.00.0007.000242; **Consta no Registro 05 – Que o imóvel foi transmitido por venda** para Wagner Napoleao Sasso e s.m. Maria Cristina Marchiori Sasso. **Consta no Registro 06** – (31 de julho de 1.991) - Os proprietários deram em PRIMEIRA E ESPECIAL HIPOTÉCA, à CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI. **Consta na Averbação 08** – (06 de dezembro de 2012) – Penhora da metade ideal advinda dos Autos de Execução Civil Número de Ordem 1622/06, que CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASILPREVI (CNPJ/MF n.º 33.754.482/0001-24), move contra MARIA CRISTINA MARCHIORI SASSO (CPF n.º 718.343.118-53) e WAGNER NAPOLEÃO SASSO (CPF n.º 718.406.998-68). **Consta na Averbação 09** (07 de dezembro de 2012) – Penhora da metade ideal, advindo dos Autos de Execução Civil Número de Ordem 1622/06, que CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DOPREVI (CNPJ/MF n.º 33.754.482/0001-24), move contra CRISTINA MARCHIORI SASSO (CPF n.º 718.343.118-53) e WAGNER NAPOLEÃO SASSO (CPF n.º 718.406.998-68). **DÉBITOS:** Às fls. 1209/1213 diante do cadastro IMO 0018254, Inscrição 070047000007000,

sem débitos até a data 22/09/2021. Localizado também o cadastro de Contribuinte 121476 que consta débitos em atraso no valor de R\$37,39, atualizado até a data 22/09/2021.

Observação: Não foi possível a consulta a débitos fiscais atualizados, cabendo ao arrematante a responsabilidade de buscá-los junto aos órgãos competentes.

CONDIÇÃO DO(S) BEM(NS): O imóvel será vendido por inteiro, sendo que as áreas mencionadas são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do termo de penhora e/ou registro imobiliário, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar da descrição do imóvel e a realidade existente. Constitui ônus do interessado verificar suas condições, quando for possível a visita, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. Com isso declara que tem pleno conhecimento de suas instalações, nada tendo a reclamar quanto a eventual vício, ainda que oculto, ou defeito decorrente de uso, a qualquer título e a qualquer tempo, assumindo a responsabilidade pela eventual regularização que se fizer necessária.

BAIXA PENHORAS E DEMAIS ÔNUS: Com a venda no leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades e/ou outros ônus que gravam a matrícula, serão todos baixados/cancelados junto RGI local, pelo M.M. Juízo Comitente do leilão, através de expedição de competente mandado de cancelamento, a requerimento feito pelo arrematante e logo que comprovada a notificação dos órgãos e Juízos que expediram tais ônus, que constará nos autos, visto que notificação será procedido pelo Leiloeiro, no prazo estabelecido pelo artigo Art. 889 e seus incisos do Código de Processo Civil.

TRIBUTOS: Eventuais ônus sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, **exceto** débitos de IPTU, que serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, “caput” e parágrafo único, do Código Tributário Nacional.

DÉBITOS DE CONDOMÍNIO SOBRE O BEM IMÓVEL: Em caso de execução de bem imóvel promovida pelo condomínio, os débitos condominiais serão abatidos até o limite do valor da arrematação. (art. 1345, do Código Civil c/c art. 908, § 1º, do Código de Processo Civil).

HIPOTECA: Eventual gravame de hipoteca extingue-se com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1499, VI do Código Civil).

MEAÇÃO: Nos termos do Art. 843, do Código de Processo Civil, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

LEILOEIRO: O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial FÁBIO PRANDO FAGUNDES GÓES - JUCESP nº 1.099.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL - O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio www.apiceleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do Código de Processo Civil, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado.

PAGAMENTO DO LOTE: A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista do preço pelo arrematante através de guia de depósito judicial (emitida pelo Leiloeiro), no prazo de 24 horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do Código de Processo Civil).

PAGAMENTO DA COMISSÃO DO LEILOEIRO: A comissão devida ao Leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance (art. 7 da Resolução 236/2016 - CNJ), que será efetuada pelo arrematante no prazo de 24 horas da realização do leilão, através de guia de depósito bancário. Consumada a arrematação, no caso de desistência por parte do arrematante, nos termos do art. 903, § 1º, do CPC, a comissão do leiloeiro será a este devida.

CANCELAMENTO/SUSPENSÃO DO LEILÃO OU ACORDO APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL: Caso haja acordo, pagamento integral ou adjudicação após a elaboração do edital, serão devidos comissão a gestora judicial na ordem de 1% (um por cento) sobre o valor da avaliação, remissão ou adjudicação, a título de ressarcimento das despesas de publicação de edital, intimação das partes, remoção, guarda e conservação dos bens, desde que devidamente documentadas nos autos, nos termos do art. 7º, § 3º da Resolução do CNJ 236/2016 que serão pagos pela parte adquirente. Se o Executado pagar a dívida antes de adjudicado ou alienado o bem, na forma do artigo 826, do Código de Processo Civil, ou celebrar acordo deverá apresentar até a hora e data designadas para o leilão, guia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa

quanto ao pagamento integral ou acordo, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado.

ARREMATAÇÃO PELO CRÉDITO: Se o exequente arrematar o bem e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão à custa do exequente (art. 892, §1º, do Código de Processo Civil). Na hipótese de arrematação pelo crédito, o exequente ficará responsável pela comissão devida ao Leiloeiro.

PARCELAMENTO: O interessado em adquirir o bem em prestações poderá apresentar, por escrito; até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja inferior ao fixado pelo juízo.

A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 30% (trinta por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 10 (dez) meses, a ser corrigido monetariamente com base nos índices da Taxa SELIC. Sendo que a proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo, consoante o art. 895 e seguintes, do Código de Processo Civil.

Tratando-se de pagamento parcelado nos termos do artigo 895, §1º, do Código de Processo Civil, deverá incidir atualização monetária pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça. O pagamento da primeira parcela deverá ser efetivada no mesmo dia da arrematação nos meses subsequentes, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) (CPC, art. 895, §4º).

O atraso de 03 (três) parcelas, consecutivas ou não, acarretará o vencimento antecipado das parcelas vincendas, com aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o saldo devedor, podendo o exequente optar pela execução do saldo devedor, garantido pela hipoteca judicial, ou pela resolução da arrematação. Neste último caso, será restituído ao arrematante o valor pago após deduzidas as despesas com o desfazimento da arrematação e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da arrematação.

VISITAÇÃO: Desde que autorizada a visitação, a mesma deverá ser agendada com o Leiloeiro através do e-mail contato@apiceleiloes.com.br, ficando autorizado o acompanhamento com oficial de justiça e força policial, se necessário. Em caso de imóvel desocupado, também fica autorizado o Leiloeiro a se fazer acompanhar por chaveiro. Igualmente, ficam autorizados os funcionários do Leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Leiloeiro, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem.

DESOCUPAÇÃO: A desocupação do imóvel será realizada mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo M.M. Juízo Comitente, após o recolhimento das custas pelo arrematante, consoante o art. 903, § 3º, do Código de Processo Civil. **Todas as providencias e custas relacionadas a desocupação do imóvel (seja do antigo proprietário ou de eventual inquilino ou de eventual ocupante), serão providenciadas e arcadas exclusivamente pelo arrematante.**

SISTEMA - Os interessados em ofertar lances deverão se cadastrar previamente no site do Leiloeiro, aceitar os termos e condições informados e encaminhar cópias dos seguintes documentos: I – Pessoa Física: RG, CPF e comprovante de endereço (certidão de casamento se casado for); II – Pessoa Jurídica: Contrato Social, comprovante de endereço, documentos pessoais do sócio (RG e CPF) ou procuração com firma reconhecida da assinatura, ficando o cadastro sujeito à conferência de identidade em banco de dados oficiais.

LANCES: Caso sejam ofertados lances nos 3 (três) minutos finais dos leilões, o sistema prorrogará a disputa por mais 3 (três) minutos para que todos os participantes tenham a oportunidade de enviar novos lances. Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Não sendo efetuado o depósito da oferta, o Leiloeiro comunicará imediatamente o fato ao Juízo, informando também os lances imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo).

DÚVIDAS e ESCLARECIMENTOS: Serão obtidas através do site www.apiceleiloes.com.br e do telefone (11) 4858-0432.

CIENTIFICAÇÃO e PUBLICAÇÃO DO EDITAL: A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações e/ou intimações pessoais de todos os interessados, ficando-os INTIMADOS, caso não sejam localizados, sendo que ainda, para fins do que disposto no art. 889, incisos I à VIII e parágrafo único, do CPC, ficam cientes da alienação as partes, seus respectivos cônjuges, interessados descritos acima ou não, não podendo alegar desconhecimento diante da publicidade em rede mundial de computadores. Este edital será publicado no sítio eletrônico www.apiceleiloes.com.br, conforme previsto no art. 887, §2º, do Código de Processo Civil – CPC.

Será o presente Edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei.

Todo o procedimento é regido pelas normas e penas previstas no Código de Processo Civil, Código Penal, Resolução CNJ nº 236/2016, Decreto nº 16.548/1932, Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo e demais normas aplicáveis, em especial no que diz respeito à inadimplência, desistência, tentativa de impedir ou atrapalhar o certame e reparação de danos.

Itu, 11 de agosto de 2026.

Dr. Fernando França Viana

Juiz de Direito